

## MAPAS POPULACIONAIS PARAENSES DE FINS DO SÉCULO XVIII: CRÍTICA DOCUMENTAL, PROBLEMÁTICAS E POSSIBILIDADES FRENTE A UMA RENOVADA HISTÓRIA QUANTITATIVA E DEMOGRÁFICA

Yure Lee Almeida Martins\*

### O modelo dos mapas populacionais da década de 1770.

Em 15 de maio de 1773 o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, enviou um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo cópias da ordem e os modelos que enviou aos governadores das capitanias subalternas e aos párocos das freguesias.

Neste documento o governador informa aos mesmos que deverão realizar da forma mais correta possível a contagem do número de habitantes de cada freguesia, necessário para a realização do censo da população daquele Estado.<sup>1</sup> Pelo ofício percebemos que o Conselho Ultramarino enviou ordens anteriores ao governador do Pará, em 2 de outubro de 1772, dando as orientações iniciais para que o recenseamento fosse feito.

Esta correspondência é particularmente importante por ser a primeira vez que a Coroa portuguesa se mostrou interessada em conhecer a constituição e o estado de sua população em uma colônia, censos anteriores foram feitos somente em Portugal. Segundo Marcílio, foram realizados em Portugal levantamentos censitários nos anos de 1527, 1636, 1732, 1768 e 1789. Ainda segundo esta autora, na Europa Ocidental os recenseamentos de era moderna se encontram no mesmo patamar: inexistência de levantamentos de territórios nacionais completos, levantamentos nominativos parciais, rudimentares, irregulares e geralmente com objetivos fiscais (MARCÍLIO, 2000, p.31).

---

\* Mestrando em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Emails: [yureyusuki@gmail.com](mailto:yureyusuki@gmail.com) e [yure.martins@ifch.ufpa.br](mailto:yure.martins@ifch.ufpa.br)



responsáveis pela vida religiosas das comunidades já estabelecidas pelos portugueses. Já os Missionários eram membros das Ordens que vieram para a Amazônia e estavam principalmente ocupados com a conversão, catequese e exploração dos indígenas nas atividades econômicas mais rentáveis da região.

Após as adaptações feitas pelos párocos locais a contagem passou a ser feita da seguinte forma: *peessoas livres em geral a exceção dos índios das aldeias; índios aldeados ou estabilizados em povoações; e escravos.*<sup>ii</sup>

Ambas as categorias jurídicas foram divididas em classes etárias e por gênero: “crianças do sexo masculino até a idade de 7 anos”; “rapazes de 8 a 15 anos”; “homens de 15 até 60 anos”; “homens de 60 até 90 anos”; “homens de mais de 90”; “crianças do sexo feminino até a idade de 7 anos”; “raparigas de 8 a 15 anos”; “mulheres de 15 até 60 anos”; “mulheres de 60 até 90 anos”; e “mulheres de mais de 90”. Homens e mulheres de 60 até 90 e de mais de 90 anos também eram identificados como “Velhos”. Ao fim do documento dava-se o total “das pessoas livres em geral; dos índios aldeados e escravos”; “dos índios aldeados”; “dos escravos”; e dos “de fogos”. O termo “Fogos” é uma antiga designação portuguesa ao local onde se cozinha e se faz as refeições. É um sinônimo de domicílio, de casa, residência.

Esta forma de classificação etária elaborada pelo Conselho Ultramarino não é diferente de outras utilizadas na Europa. Segundo Ariès foi comum na Europa medieval e moderna criar-se classificações etárias dividindo a vida das pessoas em fases ou ciclos (ARIÈS, 1981). Neste sentido a classificação portuguesa parece seguir uma tradição de classificação muito anterior.

Mas para os fins práticos da administração portuguesa, era necessário ter uma ideia bem clara do aumento e diminuição populacional com o passar dos anos. Uma vez que os recenseamentos deveriam ser realizados anualmente. Dessa forma a partir do segundo recenseamento, o de 1774, esses aumento e diminuição passaram a ser contabilizados da seguinte forma:

Acresceram: pessoas livres que nasceram; pessoas livres que de novo cresceram; índios aldeados que nasceram; índios aldeados que de novo cresceram; escravos que nasceram; escravos que de novo cresceram; todas as pessoas livres no geral; índios aldeados e escravos que cresceram; todos os índios aldeados; todos os escravos; e todos os fogos.

Diminuíram: pessoas livres que morreram; pessoas livres que se retiraram[mudaram]; índios aldeados que morreram; índios aldeados que se retiraram[mudaram e/ou fugiram]; escravos que morreram; escravos que se retiraram[mudaram e/ou fugiram]; todas as pessoas livres no geral [que se retiraram]; índios aldeados e escravos que

morreram; todos os índios aldeados que morreram; todos os escravos que morreram; e todos os fogos [extintos].

Segundo Nadalin, a pretensão e a necessidade de modernizar a administração do Estado, como advogava o projeto pombalino: era necessário, além de outras razões, conhecer a composição da população para melhorar a arrecadação. Por último, mas nem por isso motivo menos importante, os recenseamentos estavam relacionados à ideia de que, por meio deste instrumento e da (re)organização da sociedade em companhias de ordenança, poder-se-ia melhor controlar os estratos mais perigosos da sociedade – em resumo, pode-se afirmar que são elas que tornaram possível a ordem legal e administrativa neste território imenso, de população dispersa e escassez de funcionários regulares (NADALIN, 2004, p. 48).

Note-se o cuidado especial em se contar os “*índios aldeados que morreram*”, “*índios aldeados que se retiram*”, “*índios aldeados que nasceram*” e “*índios aldeados que de novo acresceram*” (que foram descidos ou capturados). De acordo com Patrícia Sampaio, dentro lógica da administração, um bom número de indígenas aldeados significava a eficácia do projeto de transformá-los em vassalos (SAMPAIO, 2011, p. 65).

Fica evidente que apesar de haver uma preocupação especial do Governo Português em conhecer a configuração populacional das colônias, com interesse, dentre outras coisas, em melhor organizar as ordenanças locais com a possível utilização de indígenas e talvez até de negros na constituição dessa força bélica. Em especial nas fronteiras internas e externas do Pará. Nesse sentido, por exemplo, a forte presença de índios na capitania do Rio Negro certamente implicou na intensa presença deles nas tropas (NOGUEIRA, 2009, p. 33-34.).

O governador pôs-se a executar com grande ímpeto esta política que ainda estava sendo moldada, e que não deve ser entendida como feita como exclusividade para esta região. Posto estar sendo planejada para todo o Império Português.

Em outro sentido, as classes para aumento e diminuição da população, nos permite perceber a grande importância dada à contagem dos cativos, tanto escravos como os indígenas. O que em se tratando de nossa região no período colonial eram fundamentais para o real funcionamento de praticamente todas as atividades da colônia (agricultura, transportes de gêneros, obras públicas e etc.).

Outro o aspecto é o eurocêntrico que neste tipo de fonte demográfica que é bastante claro. Primeiramente os únicos fogos contabilizados nos Mapas consultados foram aqueles tidos como produtivos. Fossem de agricultores, militares ou funcionários da administração colonial ou da igreja. Fogos sem renda não foram contabilizados assim como os fogos dirigidos por indígenas, que raramente aparecem apesar de os valores totais dessa população

serem consideravelmente grandes. Procedimento similar, com ordem e modelos para a execução de recenseamentos também foi realizado na África Oriental portuguesa a partir do ano de 1776 (WAGNER, 2009).

### **Estes mapas como fonte para o historiador.**

Na ótica de Bloch e Febvre, a história não é “o estudo do passado”, mas uma “ciência do homem” (GURIÊVITCH, 2000 P.43). E não são homens, justamente os homens e mulheres das colônias que os ministros portugueses queriam alcançar e conhecer ao selecionar as categorias e classes que deveriam compor os seus mapas populacionais?

Um documento como estes mapas, mesmo sendo apenas um modelo, sem as informações populacionais das paróquias, nos informa muito sobre a sociedade portuguesa do Antigo Regime no Pará. Ao menos como a população foi idealizada inicialmente. Verificamos a separação de gêneros em uma sociedade marcada por esta característica, além da representação da hierarquia jurídica de livres, índios e escravos, que dá nomes as categorias e classes de indivíduos.

Dentro dessa hierarquia ainda percebemos sub-hierarquias, por exemplo, para o caso dos indígenas separados entre “aldeados” e “novos aldeados”. Fazendo-se uma rápida distinção entre o indígena já inserido em um processo de assimilação dentro de espaços coloniais e o indivíduo recém ingresso nesses espaços.

A divisão de homens e mulheres em classes etárias dão a ideia de como os ministros pensavam a divisão do trabalho no Império e na região. Uma hierarquia social, de gênero e por faixas etárias. Os homens adultos estavam aptos tanto ao serviço militar como as atividades econômicas. As mulheres ao serviço doméstico e a reprodução. As crianças para pequenos trabalhos assim como os velhos, quando existiam, e que também podiam auxiliar na criação das crianças (LASLET *In*: MARCÍLIO, (org.) 1984, p. 137-170.).

Em uma única fonte obtivemos diversas informações dessa uma sociedade do passado. Aspectos políticos, sociais, jurídicos e econômicos. Portanto fomos ao encontro elementos diversos para a execução da análise social (GURIÊVITCH, 2000, p. 44).

Na simples observação destas classes e categorias se dá um desafio léxico ao historiador. Entender o sentido e o significado dos signos empregados nos mapas em questão. Nem todas as palavras podem ser conceitos. As palavras levam a sentidos e os sentidos a conteúdos. As palavras carregam significados que se desenvolvem e se tornam mais complexos. Este é o processo de abstração das palavras que leva a confecção de conceitos

(KOSELLECK, 1992, p. 135). Em uma frase famosa Paulo Freire define de forma didática este processo: A leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo.

Neste caso nossos conceitos estão envoltos em classes e categorias. Algumas das quais são bastante complexas, são ideias e conceitos representadas através de frases também complexas. Observando brevemente as categorias e classes do mapa encontramos vários conceitos no subtexto do documento. Por exemplo, o conceito de família está diluído através da contagem dos fogos. E a própria ideia de fases da vida fica evidente com as classes etárias, que apresentam intervalos de idade que podemos identificar como infância, juventude, maturidade e velhice.

Segundo Certeau, toda interpretação histórica depende de um sistema de referencia e que esse sistema pertence a uma “filosofia” implícita particular e que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o a sua revelia, remete a “subjetividade” do autor (CERTEAU, 2001, p. 48). Ou seja, como este ultimo traduz uma informação sobre uma sociedade do passado através do sistema de referencias em que está inserido.

Por outro lado, não só o historiador que analisa um documento deve ater-se a um sistema de referencia. Mas levar em consideração que quem confeccionou o seu documento também dispunha de um sistema de referencias próprio. Para o qual o historiador deve tentar conhecer ao máximo.

No caso do modelo de mapa da população ele é atribuído a o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Mas provavelmente deve ter recebido a contribuição de outros ministros do Conselho Ultramarino e talvez até de funcionários de menor importância para a Coroa.

O interessante é que esse sistema de referencia, de outra época, logicamente é diferente do nosso. E é justamente nestas diferenças que podemos perceber as características da sociedade, do individuo, ou indivíduos, que o elaborou. Resumidamente podemos dizer que entender os códigos e conceitos em que foram depositados os dados quantitativos ou demográficos em questão é o marco inicial para este trabalho.

Um tipo ou uma moda na escrita da história vez por outra se sobrepõe de tal maneira que tenta excluir outras formas de escrita da história. De acordo com Lawrence Stone, o século XX viu surgirem três principais correntes historiográficas muito diferentes e concorrentes entre si e que se apresentavam como “história científica”. O modelo econômico marxista, o modelo ecológico-demográfico francês e a metodologia “cliométrica” americana (STONE, 1991, p. 15).



Aqui vamos nos deter principalmente sobre a crítica observada por Stone em relação aos demógrafos franceses e aos cliometristas americanos. Por estarem mais diretamente associados a crítica a metodologia da história quantitativa.

Os franceses tiveram desde as décadas de 1940 e 1950 Ladorie como principal entusiasta defendendo que “[...] são as mudanças no equilíbrio lógico entre oferta alimentar e a população, equilíbrio este a ser necessariamente determinado por estudos quantitativos da produtividade agrícola, as transformações demográficas e preços de alimentos na longa duração” (STONE, 1991, p. 16).

Os cliometristas americanos se identificam principalmente por uma metodologia que se caracteriza pela criação de modelos de sociedades inexistentes e elaborados a partir de complexas fórmulas matemáticas e algébricas aplicadas a grande quantidade de dados eletronicamente. E se especializaram em história econômica (STONE, 1991, p. 16).

Segundo Soboul,

*“A história social não é só um estado de espírito, [...]. Neste sentido mais preciso, ocupa-se do estudo da sociedade e dos grupos que a constituem [...]. Daí mudanças de método, o ultrapassar do estágio descritivo e o recurso necessário [ir] à medida e ao quantitativo” (SOBOUL, 1967, p. 28).*

A história social que surgiu inicialmente como um apêndice da história econômica. Não seguia o desenvolvimento por vezes espetacular obtido pelos historiadores econômicos. Isso se deve ao fato de não se ter um método específico. Este método específico, que atendesse as necessidades de uma história quantitativa surge na década de 1930 através de trabalhos de historiadores como François Simiand, Ernest Labrousse e Earl J. Hamilton (SOBOUL, 1967, p. 28-29.).

Sendo que somente após a Segunda Guerra este campo de estudos pode florescer. E é em um trabalho clássico de Michel Fleury e Louis Henry de 1956 que encontramos a sistematização metodológica matricial para os estudos sobre família e população através de registros paroquiais e que em grande medida deram o norte para a evolução de todo um ramo historiográfico que viria debruçar suas atenções em estudos sobre a história da família e temas afins através de técnicas da chamada história quantitativa (CARDOSO, & BRIGNOLI, 1983, p. 123-125.). Em outras palavras é também a matriz de um método específico de história quantitativa, comumente utilizado em trabalhos de história da família e da população.

O método quantitativo debruçando-se sobre vastas coleções de fontes seriais, seriáveis ou passíveis de uma adaptação da técnica, foram utilizadas para se inserir em

debates sobre a história dos preços, reconstituição de índices econômicos e posteriormente também para análises demográficas de populações do passado. Ou seja, servindo como boa ferramenta para uma “história total”.

O método quantitativo deu a história social uma enorme base econômica e demográfica. Ampliou a possibilidade de análise, dando ao historiador a chance de não se basear unicamente em deduções observativas, e possibilitando nos apoiarmos também em generalizações sociológicas amplamente embasadas em estatísticas (SOBOUL, 1967. P.33). Os estudos sobre economia, demografia, regimes de trabalho, composições domiciliares e outras mais, dadas a história social através do método quantitativo possibilitaram ao historiador social uma análise mais completa das sociedades do passado. Chegando a humanidade escondida através dos dados o historiador social observa como estes fatos “gerais” têm manifestações em cada classe da sociedade estudada. O método quantitativo na história social é o que podemos chamar de bom casamento entre o quantitativo e o qualitativo.

Agora nos perguntamos: Para quê servem, em história, um monte de estatísticas, mapas numéricos e mais números sobre a atividade de uma sociedade? Para absolutamente nada! Uma vez que estes mesmos números e estatísticas não sejam buscados para o fim de resolver uma questão em história ou instigar um debate historiográfico. O historiador social debruçado sobre fontes seriais e utilizando a metodologia quantitativa. Cabem todos os procedimentos metodológicos da crítica documental. Saber de onde veio e como e porque sobreviveu até nós. E acima de tudo, como disse Marc Bloch, saber fazer o questionamento correto para cada tipo de fonte (BLOCH, 2002, p. 79).

Durante a investigação e andamento das leituras de bibliografia e documentos o historiador social-quantitativo se debruçará com todos os mesmos problemas que qualquer historiador de outra filiação metodológica.

E para encerrar gostaria de citar uma frase de Adeline Daumard e François Furet, um pouco entusiasta demais, mas com a identidade de um tempo em que a história quantitativa buscava o status de única história realmente científica. “Não há história social que não seja quantitativa (SOBOUL, 1967. P.34). Apesar de a pretensão não ter sido alcançada e uma vasta crítica ainda existir. A História como conhecimento, a história quantitativa e em especial a história demográfica continuam muito férteis em sua produção. Como podemos ver com sua associação ao “método honomástico” de Ginzburg (GINZBURG, 2007; GINZBURG, 1991, p. 169-178.).



## Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279 p.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Jorge Zaar Editor Ltda. 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da história. Tradução de João Maia – Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983. Pp. 123-125.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- GINZBURG, Carlo. O nome e como. Troca desigual no mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991a.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.
- GURIÊVITCH, Aaron. *Síntese histórica e a Escola dos Anais*. Editora Perspectiva. São Paulo.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma historia dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, V.5, nº 10 (1992).
- LASLET, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade*. Petropolis: Vozes. 1984.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.
- NADALIN, Sérgio. *História e demografia. Elementos para um diálogo* - Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. 248p. (Coleção Demographicas, v.1).
- NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “A *SOLDADESCA DESENFREADA*”: *politização militar no GRÃO-PARÁ da Era da Independência (1790-1850)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Doutor em História. 2009.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos. Etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2011.
- STONE, *O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história*. In: *Revista de História*. Campinas: UNICAMP, v.2, nº3, setembro, 1991.



WAGNER, Ana Paula. *POPULAÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: Recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em História junto ao Programa de Pós-graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. 2009.

---

<sup>i</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 70, D. 6002.

<sup>ii</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 72, D. 6100.